Tenda Atacado S.A.

(Anteriormente Tenda Atacado Ltda.)

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



Deloitte Touche Tohmatsu Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -4º ao 12º andares - Golden Tower 04711-130 - São Paulo - SP

Tel.: + 55 (11) 5186-1000 Fax: + 55 (11) 5181-2911 www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e à Diretoria da Tenda Atacado S.A. (anteriormente Tenda Atacado Ltda.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tenda Atacado S.A. (anteriormente Tenda Atacado Ltda.) ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tenda Atacado S.A. (anteriormente Tenda Atacado Ltda.) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção ao fato de que a Sociedade obteve o trânsito em julgado em relação a sua ação judicial que discutia a inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em decorrência desse evento, a Sociedade mensurou os créditos de PIS e COFINS referentes ao período de 2001 a 2005, e os créditos posteriores estão em fase de mensuração, conforme descrito na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 15 de abril de 2019.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Deloitte.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

Deloitte.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2020

DELOITE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/0-8

Eduardo Franco Tenório

Contador

CRC nº 1 SP 216175/0-7

TENDA ATACADO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE				CIRCULANTE	_		
	4	02.646	120.000		10	450, 463	257.660
Caixa e equivalentes de caixa	4 5	92.646	128.666	Fornecedores	10	459.462	357.668
Contas a receber	_	54.837	32.610	Empréstimos e financiamentos	11	129.135	144.226
Estoques	6 7	419.406	289.422	Obrigações tributárias		21.807	12.089
Tributos a recuperar	/	49.517	24.391	Obrigações trabalhistas	14 6)	25.295	17.645
Outros créditos		3.877	10.939	Dividendos à pagar	14.b)	2.420	
Despesas antecipadas		2.039	1.293	Outras contas a pagar	_	4.406	3.812
Total do ativo circulante		622.322	487.321	Arrendamento mercantil	9	37.812	
				Total do passivo circulante		680.337	535.440
NÃO CIRCULANTE				·			
Outros créditos		109	138	NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	12.c)	7.925	529	Empréstimos e financiamentos	11	97.689	47.634
Depósitos judiciais	,	2.130	1.901	Receitas antecipadas		84	574
Imobilizado	8 e 9	479.432	177.201	Arrendamento Mercantil	9	245.032	7.647
Intangível	000	1.652	214	Provisão para demanadas judiciais	13	10.820	4.171
Total do ativo não circulante		491.248	179.983	,	13	353.625	60.026
rotal do ativo não circulante		491.248	179.983	Total do passivo não circulante		333.023	00.020
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				•	14.a)	46.247	46 247
				Capital social	14.a)	-	46.247
				Reserva Legal		509	- 25 501
				Reserva de lucros		32.852	<u>25.591</u>
				Total do patrimônio líquido		79.608	71.838
TOTAL DO ATIVO		1.113.570	667.304	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.113.570	667.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	15	3.314.651	2.710.880
Custo dos serviços prestados	16	(2.793.780)	(2.304.064)
LUCRO BRUTO		520.871	406.816
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS Despesas administrativas e gerais Despesas Comerciais Outras receitas/despesas operacionais	16	(431.984) (54.471) 2.435 (484.020)	(362.141) (36.433) 3.650 (394.924)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		36.851	11.892
RESULTADO FINANCEIRO Receitas financeiras Despesas financeiras	17 17	21.891 (42.076)	8.587 (18.366)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		16.666	2.113
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.b)	(6.476)	(933)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.190	1.180
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira	as.		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		41.200	24.411	-	-	65.611
Lucro líquido do exercício Integralização capital por incorporação Transferência para reserva de lucros		5.047	1.180	- -	1.180	1.180 5.047
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		46.247	25.591	-	-	71.838
Lucro Líquido do Exercício Reserva legal Dividendos obrigatórios Transferência para reserva de lucros	15.b)	- - -	- - - 7.261	- 509 - -	10.190 (509) (2.420) (7.261)	10.190 - (2.420) -
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		46.247	32.852	509		79.608
As notes evaliantivas es a nauto integunato dos demonstrates es financei						

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.190	1.180
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	10.190	1.180
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Lucro líquido do exercício Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		10.190	1.180
Depreciação Depreciação arrendamento	9 10	38.529 44.345	33.705 -
Baixa do imobilizado e intangível	9	591	4.441
Constituição de provisão para contingências	14	6.649	75
Constituição de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	5	381	236
Constituição de provisão de juros sobre arrendamento	10	21.432	-
Constituição de provisão de juros sobre empréstimos	11	13.568	11.185
		135.685	51.754
Variações nos ativos e passivos			
Aumento (redução) no ativo:			
Contas a receber		(22.608)	31.386
Estoques		(129.984)	(5.248)
Tributos a recuperar		(25.126)	(18.397)
Outros créditos		7.091	614
Despesas antecipadas		(746)	(256)
Impostos diferidos		(7.396)	-
Depósitos judiciais		(229)	404
Arrendamento mercantil		-	(3.237)
Aumento/ (redução) de passivo:			
Fornecedores		101.794	18.547
Obrigações tributárias		9.718	(2.854)
Obrigações trabalhistas		7.651	865
Outras contas a pagar		594	(2.501)
Receitas antecipadas		(490)	(119)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.871)	(369)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		75.954	70.589
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adição de imobilizado	9	(68.101)	(39.614)
Venda de ativo permanente		-	695
Adição de Intangível		(1.870)	(4)
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(69.971)	(38.923)
TEONO DE CAINA AI LICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(03.372)	(00.020)
Ingresso de empréstimos	14	175.869	124.100
Juros pagos sobre empréstimos	14	(6.824)	(8.542)
Pagamento principal arrendamento		(34.440)	-
Pagamentos juros com arrendamento	10	(28.957)	-
Pagamento de empréstimos	14	(147.651)	(76.317)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(42.003)	39.241
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(36.020)	70.907
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		128.666	57.759
No fim do exercício		92.646	128.666
Deducão (aumento) de crive e equivalentes de crive		(26,020)	70.007
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(36.020)	70.907
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Tenda Atacado S.A. (anteriormente Tenda Atacado Ltda.) ("Sociedade" ou "Tenda Atacado") tem como principal objetivo a distribuição e o comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral e a importação e a exportação de produtos relacionados com as suas atividades, por meio de 34 (trinta e quatro) lojas, e o comércio varejista de combustíveis automotivos, derivados de petróleo, lubrificantes e componentes automotivos, por meio de 3 (três) posto, a referida operação está distribuída pelo Estado de São Paulo, Grande São Paulo e interior.

Fundado em janeiro de 2001, a Sociedade mantém suas operações de Atacadista Distribuidor com comercialização de mais de 10.300 (dez mil e trezentos) itens. Tem aproximadamente 1 milhão de clientes ativos cadastrados e cerca de 5.650 (cinco mil e seiscentos e cinquenta) colaboradores atuando em diversas áreas.

Eventos societários - 2018

Em 1º de outubro de 2018 foi procedida a incorporação da Baurupar Comercial Ltda. ("Baurupar"), com a versão do acervo patrimonial, incorporado para a Sociedade nos termos do protocolo e justificação da incorporação, avaliado a valor contábil na data base de 30 de setembro de 2018, conforme laudo de avaliação emitido por Sociedade especializada.

O acervo líquido incorporado foi de R\$5.047, os quais estão compostos pelas contas a seguir:

	Laudo de cisão
Ativo Caixa e equivalente de caixa Contas a receber Estoque Outros ativos Imobilizado (nota nº 8) Outros ativos não circulantes Total ativo	532 2.530 15.443 767 27.798 62 47.132
Passivo Fornecedores Contas a pagar Outros passivos Arrendamento mercantil Total passivo	26.466 3.042 1.693 10.884 42.085
Total do acervo incorporado	5.047

Eventos societários - 2019

Em 25 de novembro de 2019 foi deliberada e aprovada a transformação da natureza jurídica da sociedade empresária limitada em sociedade por ações de capital fechado, convertendo-se o total de 46.246.985 quotas sociais em ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pela "International Accounting Standards Board - IASB".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram concluídas e autorizadas para emissão pela Diretoria da Sociedade em 16 de março de 2020.

PRÁTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade quando a Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros:

· Custo amortizado

Quando um ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

Quando os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado ("VJR"):

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado acima mencionados são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório e os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado, nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", respectivamente.

A Administração desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Sociedade em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como:

• Valor justo por meio do resultado

Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo e cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Compreendem os passivos mensurados pelo método da taxa efetiva de juros, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

d) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade considerou, quando aplicável, novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidos pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

CPC 06(R02) / IFRS 16 - Arrendamento

A Sociedade optou pelo método retrospectivo modificado como método de transação em 1º de janeiro de 2019 do Pronunciamento Técnico CPC 06(R02) / IFRS 16. A aplicação do pronunciamento afetou substancialmente os contratos de aluguel dos espaços nos quais funcionam as lojas-armazém da Sociedade. Em 1º de janeiro de 2019 a Sociedade determinou que 38 contratos estão no escopo do CPC 06(R02) / IFRS 16. Esses contratos apresentam prazo de arrendamento médio de 13 anos, variando entre 5 e 20 anos.

As alterações resultantes da adoção inicial do CPC 06(R02) / IFRS 16 foram:

- Começo do prazo de arrendamento mercantil a Sociedade definiu o início do prazo
 de arrendamento mercantil como a data em que passa a exercer o direito de usar o
 imóvel. Nesse sentido, a Administração determinou que os contratos serão
 reconhecidos a partir do momento em que a Sociedade toma posse dos imóveis e o
 contrato passa a ser vigente, uma vez que devido ao modelo de negócios, alguns
 contratos se tornam válidos somente após a assinatura do termo de posse dos
 imóveis.
- Prazo de Arrendamento prazo não cancelável durante o qual o arrendatário tem o direito de usar o ativo subjacente, juntamente com (a) Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (b) Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Administração considerou como prazo do arrendamento o prazo acordado nos contratos com os locatários, adicionado do período coberto por opção de renovação automática e nos casos em que há processos judiciais de ação renovatória em andamento foi considerado o período de renovação igual ao período do contrato inicial.
- Mensuração Inicial A mensuração inicial do ativo de direito de uso é pelo seu custo, que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa incremental de financiamento do arrendatário.

- Mensuração subsequente após o reconhecimento inicial, o ativo de direito de uso é mensurado utilizando-se o método de custo, que corresponde ao custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é atualizado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os valores registrados são mensalmente atualizados através da dedução da sua depreciação e reconhecimento dos juros incorridos. O passivo de arrendamento é remensurado para refletir alterações contratuais no que tange a prazo de arrendamento ou valor do contrato e será registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.
- Pagamentos do arrendamento para fins da mensuração do ativo de direito de uso
 e do passivo de arrendamento, a Administração utilizou apenas os pagamentos
 considerados fixos. A Administração determinou como pagamentos fixos os valores
 determinados como fixos pelo arrendador conforme o contrato, os quais são
 caracterizados como aluguéis mínimos. A Administração não considerou, para fins
 de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os
 pagamentos de aluguéis variáveis decorrentes do faturamento e considerou os
 valores dos pagamentos dos arrendamentos brutos dos valores recuperáveis de PIS
 e COFINS.
- Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário a Administração considerou para todos os contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares aos ativos arrendados na data de assinatura do contrato. As taxas adotadas pela Administração consideram o custo de captação baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário), somado ao "spread" de risco da Sociedade, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. A Administração optou pela utilização da taxa de desconto de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. A taxa média ponderada determinada pela Administração é de 7,34% para contratos até 10 anos e 9,45% para contratos acima de 10 anos.
- Depreciação do ativo de direito de uso Os contratos de arrendamento da Sociedade não possuem cláusulas que permitam a Sociedade exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos é o prazo contratual deduzidas de quaisquer perdas por valor recuperável. A Sociedade adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear.
- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos.
- Valor recuperável do ativo de direito de uso A Sociedade continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade das unidades.

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente de R\$299.941. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido à escolha pelo modelo de abordagem retrospectivo modificado, pelo método em que o ativo de direito de uso é registrado pelo montante correspondente ao passivo de arrendamento na data da adoção inicial.

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração, não há impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Prática contábil

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Composição do saldo

	2019	2018
Caixas e bancos	3.740	9.820
Numerários em trânsito	10.853	15.428
Aplicações financeiras – instituições financeiras	13.847	63.773
Aplicações financeiras – partes relacionadas	64.206	39.645
Total	92.646	128.666
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

As aplicações financeiras com instituições financeiras são de liquidez imediata, remuneradas com base em 100% do Certificado de Depósito Interbancário, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração pactuada.

As aplicações financeiras com partes relacionadas são representadas por duas emissões de debêntures pela associada Tenda Securitizadora S.A. ("Tenda Securitizadora"), conforme segue:

- Primeira emissão em 1º de setembro de 2015, no total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures ao valor de R\$1 (um mil reais) cada, securitizáveis e não conversíveis em ações de liquidez imediata.
- Segunda emissão em 1º de junho de 2016, no total de 70.000 (setenta mil) debêntures ao valor de R\$1 (um mil reais) cada, simples e não conversíveis em ações de liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

a) Prática contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias, pela utilização de cartões de rede própria (Voxcred) e terceiros principalmente (Rede, Cielo e Ticket), bem como vendas diretas a clientes pessoa jurídica, por concessão de crédito.

Os saldos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos das contas a receber, o qual se aproxima do método de custo amortizado, deduzido das perdas de crédito esperadas, que são estabelecidas quando há indícios de perdas esperadas e que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

b) Uso de julgamentos e estimativas

A Administração da Sociedade realiza avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registra os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Sociedade aplicou a abordagem simplificada uma vez que as contas a receber são formadas por contas a receber de administradoras de cartões de crédito, dessa forma, a Sociedade não possui risco atrelado a carteira de clientes.

c) Composição dos saldos

	2019	2018
Administradoras de cartões Contas a receber - partes relacionadas (nota nº 19) Clientes (-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa Total	9.911 5.911 41.221 (2.206) 54.837	15.185 9.405 9.845 (1.825) 32.610
Contas a receber líquidas por vencimento		
	2019	2018
A vencer	50.576	32.493
Vencidos: Até 30 dias De 31 a 60 dias De 61 a 90 dias De 91 a 120 dias Há mais de 120 dias Total	3.054 237 553 447 2.176 57.043	394 362 203 20 963 34.435

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Em 1º de janeiro	(1.825)	(1.589)
Adições	(5.834)	(3.494)
Baixas	5.453	3.258
Em 31 de dezembro	(2.206)	(1.825)

6. ESTOQUES

a) Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos. A Administração ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e outras quebras.

b) Composição dos saldos

	2019	2018
Centro de distribuição	108.534	62.358
Lojas	310.401	226.504
Combustíveis	471	560
Total	419.406	289.422

A Administração reconhece as perdas diretamente no resultado, portanto, não constitui provisão para estoques, visto que estas se realizam no mês subsequente e o giro do estoque é de aproximadamente um mês.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

a) Prática contábil

Registrados e mantidos no balanço patrimonial pelos valores nominais conhecidos ou estimados atualizados até as datas de encerramento dos exercícios, quando aplicável.

b) Composição dos saldos

	2019	2018
PIS e COFINS a recuperar	42.478	17.911
ICMS a recuperar	4.735	3.049
IRRF a recuperar	867	2.004
IRPJ e CSLL a recuperar	1.383	1.383
Outros impostos a recuperar	53	44
Total	49.517	24.391

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Sociedade passou a requer o direito de excluir o valor do ICMS da base de cálculo dos referidos impostos. Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deve ser excluída da base de cálculo, alinhado com a ação transitada em julgado pela Sociedade, obtida em 14 de março de 2019. O período apurado e contabilizado foi de novembro de 2001 a dezembro de 2005, no valor de R\$14.188.

Para o período compreendido entre janeiro de 2006 e dezembro de 2017, a Administração da Sociedade está envidando os melhores esforços para sua apuração, contudo há fatores que prejudicam a sua apuração e a estimativa dos valores a serem registrados, como mudanças na legislação para produtos isentos, monofásicos, e percentual do MVA por CFOP, além da necessidade de comprovar documentalmente os créditos apurados, por meio da extração de livros fiscais e/ou GIAs de Apuração, Sintegra e composição analítica de todas as vendas efetuadas no respectivo período. A expectativa da Administração é finalizar a apuração e o registro de tais créditos ao longo de 2020.

8. IMOBILIZADO

a) Prática contábil

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment").

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade.

<u>Depreciação</u>

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Sociedade obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado para cada UGC, pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado

Nas datas de encerramento dos exercícios, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou Unidade Geradora de Caixa - UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

b) Composição dos saldos

	Taxa		
	anual	2019	2018
Instalações	10%	119.669	104.133
Benfeitorias	10%	201.392	188.308
Móveis e utensílios	10%	31.623	27.332
Equipamentos de informática	20%	27.909	23.420
Veículos	20%	8.618	7.475
Maquinas e equipamentos	10%	32.091	28.017
Outros bens (i)	10%	3.281	1.750
Direito de uso - ativos de arrendamento	-	317.162	-
Imobilizado em andamento	-	15.839	1.823
Adiantamento a fornecedores (ii)	_	9.345	414
Subtotal		766.929	382.672
(-) Depreciação acumulada		(287.497)	(205.471)
Imobilizado líquido		479.432	177.201

- (i) Outros bens representam ferramentas e bens de pequeno valor.
- (ii) Referem-se a adiantamentos para compras de imobilizado, durante a construção das lojas, tais quais câmaras frias, refratários e outros.

c) Movimentação do imobilizado

Custo	2018	Adições	Baixas	Transf.	2019
Instalações	104.133	15.555	5 (19)	_	119.669
Benfeitorias	188.308	13.126	. ,		201.392
Móveis e utensílios	27.332	4.308	. ,		31.623
Equipamentos de informática	23.420	5.148	. ,		27.909
Veículos	7.475	1.335	5 (192)	-	8.618
Máquinas e equipamentos	28.017	4.104	1 (30)		32.091
Outros bens	1.750	1.578	3 (51)	4	3.281
Direito de uso - ativos de arrendamento	-	317.162	2 -	-	317.162
Imobilizado em andamento	1.823	14.016	5 -	-	15.839
Adiantamento de fornecedores	414	8.931			9.345
Total do custo	382.672	385.263	(1.006)		766.929
Depreciação	20)18	Adições	Baixas	2019
Instalações	(3	33.753)	(12.873)	6	(37.020)
Benfeitorias	(11	16.792)	(17.185)	7	(133.970)
Móveis e utensílios	(1	16.759)	(1.878)	7	(18.630)
Equipamentos de informática	(1	1.826)	(3.366)	546	(14.646)
Veículos	((5.628)	(720)	147	(6.201)
Máquinas e equipamentos	(1	19.403)	(1.560)	21	(20.942)
Direito de uso - ativos de arrendamento		-	(44.345)		(44.345)
Outros bens		(1.310)	(837)	4	(2.143)
Total da depreciação	(20)5.471)	(82.764)	738	(287.497)
Imobilizado líquido	17	77.201	82.764	-268	479.432

Custo	2017	Incorpor	ação	Adições	Baixas	Transf.	2018
· ~	65.277	2.4	- 004	12.670	(050)	F-2	104 122
Instalações	65.277		5.084	13.678	()	52	104.133
Benfeitorias	170.466	2	3.307	13.480		1.055	188.308
Móveis e utensílios	24.888		292	2.210	(-)	(52)	27.332
Equipamentos de informática	17.270	1	1.953	4.348	(-)	-	23.420
Veículos	6.985		-	937	, ,	-	7.475
Máquinas e equipamentos	25.248		652	2.282	(165)	-	28.017
Outros bens	1.242		39	469	-	-	1.750
Imobilizado em andamento	1.055		27	1.796	-	(1.055)	1.823
Adiantamento de fornecedores	4.398			414	(4.398)		414
Total do custo	316.829	32	2.354	39.614	(6.125)	<u> </u>	382.672
Depreciação		2017	Incor	poração	Adições	Baixas	2018
Instalações		(21.814)		(3.805)	(8.453)	319	(33.753)
Benfeitorias		(98.330)		(230)	(18.232)	-	(116.792)
Móveis e utensílios		(14.945)		(37)	(1.780)	3	(16.759)
Equipamentos de informática		(8.845)		(401)	(2.721)	141	(11.826)
Veículos		(5.438)		-	(595)	405	(5.628)
Máguinas e equipamentos		(17.977)		(76)	(1.506)	156	(19.403)
Outros bens		(886)		(7)	(418)	1	(1.310)
Total da depreciação		168.235)	•	(4.556)	(33.705)	1.025	(205.471)
Imobilizado líquido		148.594	-	27.798	5.909	(5.100)	177.201
IIIIODIIIZauo IIquiuo	_	1 101001		2,1,50	3.505	(3.100)	1,,,201

d) Outras divulgações

A Sociedade não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente. Adicionalmente, certos bens foram cedidos em garantia de empréstimos conforme divulgado na nota explicativa nº 11.

Em 2019 e 2018, a Sociedade não identificou fatores que levassem à necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável de seus ativos.

Os itens do ativo imobilizado são compostos por valores residuais historicamente inferiores ao valor justo destes imobilizados, sendo assim a Sociedade avaliou e não ocorreram mudanças na vida útil dos bens durante o exercício corrente.

9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Prática contábil

Detalhes da prática contábil estão descritas na nota explicativa nº 3.

b) Composição e movimentação dos saldos - ativo e passivo

Ativo de direito de uso	Valor
Transferência arrendamento (IAS 17)	19.200
Adoção inicial IFRS 16	299.941
Saldo arrendamento em 01.01.2019	319.141
(+) Novos contratos e remensurações	17.221
(-) Depreciação acumulada	(49.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	287.217

Passivo de arrendamento	Valor
Transferência arrendamento (IAS 17) Saldo de adoção inicial (IFRS 16)	7.647 299.941
(+) Adições e remensurações(-) Pagamento de juros(-) Contraprestações(+) Juros incorridos	17.221 (28.957) (34.440) 21.432
Saldo em 31 de dezembro de 2019	282.844
Passivo circulante Passivo não circulante	37.812 245.032 282.844

10. FORNECEDORES

a) Composição dos saldos

	2019	2018
Nacionais	273.901	246.944
Internacionais	2.389	3.106
Partes relacionadas (nota nº 19)	157.049	96.134
Serviços e consumo	26.110	11.472
Outros	13	12
Total	459.462	357.668

A Sociedade mantém operações financeiras relacionadas à antecipação de recebíveis dos seus fornecedores no total de R\$142.253 em 2019 (R\$82.649 em 2018). A referida operação é efetuada com a parte relacionada Tenda Securitizadora e não altera substancialmente os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos entre os fornecedores e a Sociedade, portanto, a Administração a classifica na rubrica de Fornecedores.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos saldos

Tipo	Moeda	Taxa média de juros	2019	2018
Capital de giro	Real/dólar	CDI + 1,2% a.a.	208.616	167.984
Financiamentos - FINAME	Real	4,50% a.a.	17.933	23.601
Outros financiamentos (2)	Real	-	275	275
Total			226.823	191.860
Circulante			129.135	144.226
Não circulante			97.689	47.634

b) Movimentação dos saldos

Tipo	2018	Entradas	Pagamentos principal	Pagamento juros	Juros	2019
Capital de giro (i) Financiamentos – FINAME	167.984 23.601 275	175.870	(141.930) (5.720)	(5.484) (1.340)	12.176 1.392	208.619 17.933 275
Outros financiamentos (ii) Total	191.860	175.869	(147.651)	(6.824)	13.568	226.823

- (i) Na modalidade capital de giro a Sociedade possui contratos firmados em dólar (resolução 4131) que representam R\$65.237 do montante em 31 de dezembro de 2019
- (ii) Outros financiamentos são constituídos por contratos de metas de venda com a Shell do Brasil.

c) Garantias

Para os contratos de Finame as garantias são os próprios bens financiados, para os demais contratos as garantias são avais das empresas do grupo e/ou dos quotistas da Sociedade.

Para os contratos de capital de giro, a Sociedade possuem notas promissórias de série 2ª a 12ª emitidas em 5 de agosto de 2019 no valor de R\$105.000, com vencimento final em agosto de 2022.

Os avalistas são empresas do grupo e/ou os quotistas da Sociedade e estas notas estão sujeitas a clausulas de "covenants" descritas abaixo.

d) Cláusulas restritivas ("covenants")

O empréstimo de capital de giro (nota promissória) captados com o Banco Safra S.A e Itaú S.A. que totalizam R\$105.674, sendo R\$37.739 no curto prazo, e R\$67.935 no longo prazo (R\$27.722 em 2018 no curto prazo) está sujeito a cláusulas restritivas que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que a dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA não exceda 4,00. A Sociedade está adimplente com esta obrigação em 31 de dezembro de 2019.

O empréstimo de capital de giro (NCE) realizado junto ao Banco do Brasil S.A. que totaliza R\$4.389 (R\$8.160 em 2018) está sujeito a cláusulas restritivas, que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que a dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA, não exceda 2,75. A Sociedade está adimplente com esta obrigação em 31 de dezembro de 2019.

Cronograma de vencimentos

Ano	2018
2021	55.195
2022	36.046
2023	5.031
2024	1.109
2025	308
Total	97.689

12. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, sendo revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

		2019	2018
	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal	16.666 34%	2.113 34%
	Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais Efeito das adições e exclusões:	(5.666)	(718)
	Multas indedutíveis Donativos e contribuições	(21) (10)	(75) (137)
	Brindes Outros	(142) (677)	(423) 413
	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) Imposto de renda e contribuição social efetivos	(6.516) 41 (6.475)	(940) <u>7</u> (933)
	Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	(13.871) 7.396	(369) (564)
	Alíquota efetiva	39%	44%
c)	Impostos de renda e contribuição social diferidos		
		2019	2018
	Provisões diversas Provisão para riscos Arrendamento Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	239 3.679 3.368 <u>639</u>	55 - - 474
	Total <u>Cronograma de realização:</u>	<u>7.925</u>	<u>529</u>
	Ano		2018
	2020 2021 a 2023		2.461 5.474
	Total		7.925

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias.

Em função do histórico recente de lucros tributáveis e da projeção de lucratividade futura para realização desses ativos, a Sociedade mantém registrado o crédito fiscal referente a diferenças temporárias. Neste exercício compensou o montante de R\$7.396 (R\$564 em 2018).

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

a) Prática contábil

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de desembolso de caixa futuro, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião das assessorias legais da Sociedade.

b) Composição dos saldos

	2018	Adições	Baixas	2019
Trabalhistas (i) Cíveis (ii)	3.017 1.154	4.252 5.029	(2.201) (431)	5.068 5.752
Total	<u>4.171</u>	9.281	(2.632)	10.820

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões trabalhistas e cíveis movidos contra a Sociedade, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente como segue:

- (i) Processos trabalhistas, principalmente relativos a demissões no curso normal de seus negócios.
- (ii) Processos de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais.

A Sociedade possui depósitos judicias trabalhistas no valor de R\$2.130 (R\$1.901 em 2018) que são efetuados para garantia dos processos em curso.

c) Processos classificados como possíveis

A Sociedade também é parte em contingências administrativas e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista no montante de R\$16.041(R\$7.775 em 2018). Com base na análise individual dos processos judiciais correspondentes e, suportada por opinião de seus assessores legais, a Administração entende que esses processos, cujos prognósticos de perda são avaliados como possíveis, não necessitam de provisão.

As contingências classificadas como possíveis referem-se, basicamente, a créditos de PIS e COFINS não homologados pela Receita Federal no montante de R\$9.102 e atuações de ICMS no montante de R\$2.975 (R\$3.705 em 2018).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$46.247 (R\$46.247 em 2018), representado por 46.247.000 ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 cada.

Em 1º de outubro de 2018 ocorreu a incorporação da Baurupar, sendo integralizado o capital social no montante de R\$5.047.

b) Distribuição de lucros

O Tenda Atacado distribuiu dividendos obrigatórios no valor de R\$2.420 para o exercício de 2019 referente aos lucros auferidos no exercício.

15. RECEITA LÍQUIDA

a) Prática contábil

As seguintes etapas são reconhecidas no reconhecimento da receita: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. A Sociedade também deve deixar de ter o controle ou a responsabilidade pelas mercadorias vendidas, bem como os benefícios econômicos gerados para a Sociedade através da venda de produtos. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

b) Composição dos saldos

	2019	2018
Mercado interno Mercado interno - partes relacionadas (nota nº 19) Mercado externo Comercial exportadora Devoluções e abatimentos ICMS sobre vendas PIS sobre vendas	2019 3.533.995 35.271 2.573 (10.822) (121.219) (21.825)	2.853.762 57.979 37.835 3.792 (17.050) (105.837) (21.182)
COFINS vendas	(103.322)	<u>(98.419)</u>
	` ,	` ,
Receita líquida	3.314.651	2.710.880

No valor de PIS e COFINS sobre vendas temos a recuperação da exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS no valor de R\$14.188 e no ICMS sobre vendas temos a recuperação da cat42 no valor de R\$9.913.

16. DESPESAS POR NATUREZA

a) Composição dos saldos

	2019	2018
Custo com estoques Despesas com pessoal Serviços de terceiros Material de consumo Outras Despesas	2.793.780 217.559 16.710 24.702 227.484 3.280.235	2.304.064 182.805 13.466 22.187 180.116 2.702.638
	2019	2018
Custo das mercadorias vendidas (*) Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas	(2.793.780) (54.471) (431.984) (3.280.235)	(2.304.064) (36.433) (362.141) (2.702.638)

(*) A Sociedade recebe bonificações, abatimentos em duplicata e mercadorias de fornecedores relativas aos contratos de fornecimento "acordos comerciais de composição de custo", que são registradas como redutora das compras e reconhecidas ao resultado no período em que o estoque relacionado é vendido

17. RESULTADO FINANCEIRO

a) Prática contábil

As receitas e despesas financeiras da Sociedade compreendem: (i) despesa de juros; (ii) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

b) Composição dos saldos

Despesa financeira	2019	2018
Juros sobre empréstimos	(14.727)	(13.603)
Impostos sobre receitas financeiras	(138)	(149)
Despesas de variação cambial	(1.374)	(2.132)
Despesas com contratos	(1.432)	(95)
Despesas com antecipações	(2.514)	(1.463)
Juros pagos s/arrendamento	(21.432)	-
Outras despesas financeiras	(459)	(924)
Total	(42.076)	(18.366)
Receita financeira	2019	2018
Receitas de aplicações financeiras	2.296	2.599
Receitas de variação cambial	2.088	5.534
Receitas juros s/impostos	17.036	-
Outras receitas financeiras	<u>471</u>	454
Total	21.891	8.587

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Instrumentos financeiros por categoria

	Valor	Valor justo por	Custo
Em 31 de dezembro de 2019	contábil	meio do resultado	amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	92.646	64.206	28.440
Contas a receber	54.837	-	54.837
Outros créditos	3.877	-	3.877
Depósitos Judicias	2.130	-	-
Total ativo	153.490	64.206	87.154
Fornecedores	459.463	-	459.463
Empréstimos e financiamentos	226.823	-	226.823
Passivo de arrendamento	282.722	-	282.722
Outras contas a pagar	4.410	-	4.410
Total passivo	973.418		973.418

Valor contábil	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
128.666	39.645	89.021
32.610	-	32.610
11.077	-	11.077
1.901	-	-
174.254	39.645	132.708
357.668	-	357.668
191.860	-	191.860
4.632	-	4.632
554.160	_	554.160
	128.666 32.610 11.077 1.901 174.254 357.668 191.860 4.632	contábil meio do resultado 128.666 39.645 32.610 - 11.077 - 1.901 - 174.254 39.645 357.668 - 191.860 - 4.632 -

b) Valor justo versus contábil

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2019	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	10	_	78.053	_	78.053
	Nota				
Em 31 de dezembro de 2018	explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	10	_	103.418	_	103.418

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os níveis entre 31 de dezembro de 2019 e 2018.

c) Principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

O Tenda Atacado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Sociedade entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração do Tenda Atacado, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, o Tenda Atacado procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Sociedade não conseguir liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, na medida do possível, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito, nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	2019			
	Até	Até	De 2 a	
Operação	1 ano	2 anos	5 anos	Total
Fornecedores	459.463	-	-	459.463
Contas a pagar	4.410	-	-	4.410
Empréstimos e financiamentos	129.135	91.241	6.447	226.823
Passivo de arrendamento	37.812	115.597	126.866	280.275
	2018			
	Até	Até	De 2 a	
Operação	1 ano	2 anos	5 anos	Total
Fornecedores	357.668	-	-	357.668
Contas a pagar	4.632	-	-	4.632
Empréstimos e financiamentos	144.226	13.755	33.879	191.860

As projeções de fluxo de caixa da Sociedade são monitoradas de forma continua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através de contratações de empréstimos e da venda de recebíveis, junto a parte relacionada Tenda Securitizadora (vide nota explicativa nº 19).

e) Risco da taxa de juros

A Sociedade possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juro. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme seque:

			Baixo			Alto	
2019	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	92.646	9.265	23.162	46.323	(9.265)	(23.162)	(46.323)
Empréstimos	(226.823)	(22.682)	(56.706)	(113.412)	22.682	56.706	113.412
Exposição líquida	(134.177)	(13.418)	(33.544)	(67.089)	13.418	33.544	67.089
	,					<u></u>	
			Baixo			Alto	
2018	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	103.418	10.341	25.853	51.709	(10.341)	(25.853)	(51.709)
Empréstimos	(191.860)	(19.186)	(47.965)	(95.930)	19.186	47.965	95.930
Exposição líquida	(88.442)	(8.844)	(22.112)	(44.220)	8.844	22.112	44.220

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

A Sociedade possui empréstimos denominados em moeda estrangeira, porém a exposição cambial das operações resolução 4131 estão protegidas através de instrumento financeiro derivativo "swap", a exposição cambial das operações de ACC estão protegidas pelas exportações ao fim de dezembro de 2019.

f) Risco de crédito

O principal risco decorre de eventual dificuldade de liquidação das contas a receber proveniente de vendas do atacado com saldo em aberto de R\$10.260, com provisão de perda constituída de R\$1.879, representando aproximadamente 0,5% em comparação as vendas no exercício de 2019.

A Sociedade exerce uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que está sujeita, através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes que permitem mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

A idade de vencimento de suas contas a receber e análise das perdas por inadimplência estão apresentadas na nota explicativa nº 5.

g) Transações com instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade contratou operações de "swap" para proteção contra o impacto da variação cambial na operação de financiamento em moeda estrangeira, em que a variação cambial e as taxas de juros foram trocadas por encargos financeiros atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

19. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a valores decorrentes de serviços prestados às Sociedades coligadas, saldos e transações provenientes de venda e compra de mercadorias para abastecimento de lojas, repassadas pelo valor dos custos efetivamente incorridos, pagamento de aluguel pela utilização das lojas e operação de securitização de títulos.

a) Composição dos saldos

	2019	2018
Ativo circulante Aplicações financeiras: Tenda Securitizadora S.A.	64.206	39.645
Contas a receber : Voxcred Adm. cartões, serviços e processamento S/A Select Logística Integrada Ltda.	5.425 - 5.425	9.403 2 9.405
Outras contas a receber: Alimenta Angola Ltda Técnica Adm e Participações Ltda. Técnica CRP Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	25.460 - - - 25.460	3.922 1.006 3.064 7.992
Total ativo	95.091	57.042
	2019	2018
Passivo circulante Fornecedores:		
Apoio Trade Ltda. Técnica Administração e Participações Ltda. Select Logística Integrada Ltda. Voxcred Adm. Cartões, serviços e Processamento S/A.	100 93.643 9.427 420	100 4.816 7.112
Tenda Securitizadora S.A. Técnica CRP Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. Total passivo	142.253 1.175 247.018	82.649 1.457 96.134

	2019	2018
Resultado Receita na venda de mercadorias: Select Logística Integrada Ltda. Baurupar Comercial Ltda. Alimenta Angola Ltda.	- - 37.844	2 57.977 41.627
Outras receitas: Alimenta Angola Ltda.	532	1.727
Impostos s/ venda de mercadorias: Baurupar Comercial Ltda.	-	(3.819)
Devoluções s/ venda de mercadorias: Select Logística Integrada Ltda. Baurupar Comercial Ltda.	(1)	- (3.428)
Despesa operacional: Select Logística Integrada Ltda Fretes Técnica Administração e Participações Ltda Aluguéis Técnica CRP Empreendimento Imob. SPE Ltda Aluguéis Voxcred Adm. cartões, serviços e processamento S/A - Tarifa Cartão Total do resultado	(37.777) (15.720) (4.422) (2.672) (60.591)	(32.340) (14.442) (4.106) (2.588) 53.476

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como as transações que afetaram o resultado do exercício, relativos a transações com Sociedades relacionadas, foram realizados em condições específicas acordadas entre as partes para os respectivos tipos de transações.

b) Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos administradores da Sociedade são resumidas como segue:

	2019	2018
Pró-labore	48	53
1 TO TODOTC	70	